

RESUMO

No presente artigo, buscamos atravessar o território conceitual do pensamento feminista de Lélia de Almeida Gonzalez, onde se desvela a condição das mulheres amefricanas e ameríndias – categorias que emergem como signos de uma alteridade radical, forjadas na intersecção entre história e filosofia. A análise da autora ilumina a existência dessas mulheres como corpos-sujeitos atravessados por uma tríplice engrenagem de opressão: classe, gênero e raça, que se entrelaçam como correntes invisíveis sustentando a arquitetura da dominação. Na hipótese a ser desenvolvida, a categoria raça se revela não apenas como marcador social, mas como eixo ontológico da estigmatização, instaurando uma ferida simbólica que perpetua a exclusão. A colonização, nesse horizonte, aparece como sombra ontológica que institui uma lógica de subordinação, legitimando a ficção da inferioridade e inscrevendo-a no tecido da realidade. Assim, o pensamento de Gonzalez nos convoca a compreender que a opressão não é mero acidente histórico, mas estrutura que se repete como destino, exigindo sua desconstrução filosófica e política.

Palavras-chave: Feminismo. Amefricanidade. Colonialismo. Lélia Gonzalez.

Lélia Gonzalez's Afro-Latin American feminism as a tool for social transformation

ABSTRACT

In the present article, we seek to traverse the conceptual territory of the feminist thought of Lélia de Almeida Gonzalez, where the condition of African and Amerindian women is unveiled — categories that emerge as signs of a radical otherness, forged at the intersection of history and philosophy. The author's analysis illuminates the existence of these women as body-subjects traversed by a triple mechanism of oppression: class, gender, and race, which intertwine like invisible chains sustaining the architecture of domination. In the hypothesis to be developed, the category of race reveals itself not only as a social marker, but as an ontological axis of stigmatization, establishing a symbolic wound that perpetuates exclusion. Colonization, in this horizon, appears as an ontological shadow that establishes a logic of subordination, legitimizing the fiction of inferiority and inscribing it into the fabric of reality. Thus, Gonzalez's thought calls us to understand that oppression is not a mere historical accident, but a structure that repeats itself as destiny, demanding its philosophical and political deconstruction.

Keywords: Feminism. Amefricanity. Colonialism. Lélia Gonzalez.

1 Introdução

Por um longo período o pensamento feminista foi capaz de, por meio de muita ação, atuar de modo a melhorar a situação da mulher. Todavia, chegou-se a um momento em que não foi mais suficiente, pois as lutas não incluíam todas as mulheres. Dizemos todas as mulheres, uma vez que o feminismo universalista, branco e eurocêntrico não vislumbrava questões atinentes a grande parte das mulheres, principalmente as subalternizadas e com histórico de colonização.

Surgiu, então, o feminismo negro nos Estados Unidos e na América Latina (duas correntes parecidas, porém distintas em diversas características), no qual teóricas reformularam as ideias centrais a partir da história de cada país. Não diferente, no Brasil, Lélia Gonzalez produziu seus pensamentos com base na prática e na luta antirracista, anticolonial e anti-imperialista e analisou profundamente a realidade e a exclusão das mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira.

Com efeito, o pensamento político-social brasileiro tem como fundamento o estudo do colonialismo na sociedade e como isso nos afeta até hoje. Lélia Gonzalez conseguiu lançar outro olhar sobre as trajetórias de mulheres negras e indígenas, visando, ao iluminar suas estratégias históricas de luta, concorrer para a autodefinição da mulher negra (Gonzalez, 1983). O pensamento da autora tem destacada importância para o feminismo negro, não só do Brasil, mas da América Latina e Caribe. Ela aportou questões centrais para a construção de um feminismo afro-latino-americano que ainda hoje alimenta nossos debates.

Iniciaremos o trabalho contextualizando de maneira sucinta quem foi Lélia Gonzalez, qual o foco de seu trabalho e como a autora revolucionou o pensamento feminista brasileiro através de uma análise crítica e decolonial. Posteriormente, exploraremos o debate feito pela autora sobre feminismo negro no Brasil e como ela desenvolveu, através da categoria de amefricanidade, um instrumento de análise para uma formulação teórico-política, feminista negra e decolonial.

Ao adentrarmos nos argumentos de Lélia, a fim de buscar uma compreensão da realidade das mulheres brasileiras e latino-americanas, tomaremos como ponto de partida a valorização das diferentes experiências políticas, culturais e históricas de resistência na diáspora contra as opressões desenvolvidas por mulheres amefricanas e ameríndias.

Nesse sentido, o artigo será desenvolvido em duas partes, onde trataremos, de maneira sucinta, a importância do pensamento revolucionário e interseccional de Lélia Gonzalez e como ele continua atual, hodiernamente, como ferramenta de análise crítica para uma verdadeira e profunda transformação social.

2 Lélia Gonzalez: breve histórico da mulher negra que revolucionou o feminismo brasileiro

Para iniciarmos uma análise do pensamento feminista decolonial de Lélia Gonzalez, cabe aqui destacar sua história e as ideias que construiu em prol de uma interpretação social do Brasil a partir da visão das mulheres negras do país - tendo categorizado-as de amefricanas e ameríndias. Mas antes de adentrarmos nas minúcias dos termos, ressaltamos a importância dos elementos fundantes do pensamento da autora para a construção de uma crítica social profunda e que auxilia, ainda hoje, na compreensão de uma nacionalidade própria.

Lélia nasceu em 1935, em Belo Horizonte, filha de um operário e uma empregada doméstica, em uma família composta por treze irmãos. Iniciou seus estudos após trabalhar como babá e empregada doméstica e depois de mudar-se para o Rio de Janeiro com seu irmão, que era jogador profissional de futebol, conseguiu concluir o ensino médio e formar-se em História e Geografia e, posteriormente, em Filosofia. Além da graduação, a pensadora concluiu um mestrado em Comunicação e um doutorado em Antropologia, o que fez com que ampliasse ainda mais suas áreas de conhecimento, tornando-se uma importante voz dentro do movimento negro e feminista no país.

A filósofa foi uma das pioneiras no debate sobre interseccionalidade, que busca compreender as interações entre diferentes formas de opressão, como gênero, raça e classe social. Contudo, muito antes do conceito de interseccionalidade ser debatido no país, Lélia, como uma pensadora além do seu tempo, analisou profundamente a conexão entre raça, classe e gênero, como uma tripla discriminação sofrida pelas mulheres negras (Ratts; Rios, 2020).

Em sua vida acadêmica, a filósofa escreveu livros, artigos, ensaios, proferiu palestras, criou e atuou em movimentos e coletivos negros e feministas. Lélia Gonzalez faleceu em 1994, mas seu legado e sua contribuição para o pensamento

feminista e antirracista no Brasil continuam vivos e inspirando novas gerações de ativistas e pensadoras. Suas ideias e sua atuação política são um exemplo de resistência e luta por justiça social e igualdade de direitos.

3 O feminismo afro-latino americano como ferramenta subalterna de análise crítica

Ao analisar os movimentos feministas, Lélia percebeu que eles produziam a manutenção do colonialismo e racismo arraigados na sociedade e, por isso, passou a defender um feminismo que compreendesse as demandas das mulheres racializadas, defendendo a descolonização do pensamento feminista. Discorrendo sobre o tema, aduz Lélia Gonzalez em seu artigo “Por um Feminismo Afro-latino-americano” (1988, p. 140):

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, ao apresentar novas questões, não somente estimulou a formação de grupos e redes, também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento.

[...]

Mas o que geralmente encontramos ao ler os textos e a prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. Vamos dar um exemplo de definição do feminismo: ela se baseia na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada”. Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo.

Por essa razão, passou a descrever as diversas formas de opressão e discriminação que mulheres negras e indígenas sofrem na América Latina e, principalmente, buscou analisar o mito da democracia racial, em prol da construção de uma identidade negra. O pensamento de Lélia Gonzalez, portanto, é marcado pela sua crítica às estruturas de poder e opressão presentes na sociedade brasileira. Em seus escritos, ela aborda a questão do feminismo negro, destacando a importância de se pensar as lutas das mulheres negras, indígenas e latinas de forma articulada com a luta contra o racismo e a desigualdade social (Carneiro, 2024).

Para a autora, as mulheres negras ocupam uma posição única na sociedade, sendo alvo de múltiplas formas de discriminação e violência. Por conta disso, defendia a necessidade de se reconhecer as especificidades das experiências das mulheres negras e de se combater o sexismo, o racismo e a exploração de classe de forma integrada. Segundo Sueli Carneiro (2024), Lélia também criticava o feminismo branco dominante, que muitas vezes ignorava as demandas e realidades das mulheres negras. Ela defendia a fundamentação de um feminismo inclusivo, que levasse em consideração as diferentes formas de opressão e privilegiasse a voz das mulheres negras e marginalizadas.

Seu pensamento, portanto, inaugurou as críticas ao feminismo hegemônico e refletiu acerca das diferentes trajetórias e resistências de povos negros e indígenas na América Latina. Além disso, também propôs uma ótica decolonial do saber e da produção do conhecimento, atuando como uma “forasteira de dentro” (*outsider within*), como definiu Patrícia Hill Collins (2019)¹.

A intelectual entendia que no caso da sociedade brasileira, no nosso capitalismo específico e periférico, há uma desigualdade ainda mais profunda em relação às mulheres, pois há uma soma entre as divisões raciais e sexuais do trabalho. Isso reflete, segundo Lélia, a origem no próprio processo de colonização do Brasil, no qual mulheres negras eram escravizadas e trabalhavam nas plantações, engenhos e em ambientes domésticos. Assim, reflete Lélia que:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas (Gonzalez, 2020, p. 82-83).

Destarte, o que Lélia identificou no caso do Brasil e da América-Latina como um todo é que dentro da divisão social do trabalho há três formas de desigualdade, pois, aqui, raça, classe e gênero se entrecruzam promovendo uma múltipla discriminação que imputa às mulheres racializadas uma sujeição a matrizes de dominação, pobreza, racismo e patriarcado.

¹ *Outsider within* pode ser compreendido, segundo a autora, como posição social ou os espaços de fronteira ocupados por grupos com poder desigual. Esse lugar permite às pesquisadoras negras constatar, a partir de suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observação distorcidas de fatos sociais.

Portanto, já naquela época, Lélia demonstrou, através de suas análises, que na base da pirâmide socioeconômica brasileira, de modo mais vulnerável, estão as mulheres negras, as quais ocupam, em sua maioria, os trabalhos domésticos e manuais, obtendo rendimentos muito abaixo do regular.

A partir da década de 1980, a feminista Kimberlé Crenshaw (1989) analisa as categorias de raça, classe e gênero, a partir das quais surge o termo interseccionalidade² e passa a utilizá-lo como método de análise crítica. Ocorre que, anos antes, no ensaio “A categoria político-cultural de amefricanidade”, do ano de 1988, “Por um feminismo Afro-latino-americano” e “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, textos de 1983, Lélia já vislumbrava raça, classe e gênero como categorias que se sobrepunham de maneira discriminatória quando se trata de mulheres negras.

Na leitura de suas obras, resta demonstrado que Lélia pensava as categorias de raça, classe e gênero como processos múltiplos de discriminação e desigualdade:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão (Gonzalez, 2020, p. 135).

Ademais, podemos perceber que a narrativa de Lélia Gonzalez é revolucionária na medida em que confronta a produção de conhecimento hegemônica, considerando, sobretudo, perspectivas decoloniais, e, também, confronta o paradigma dominante, recorrendo quase sempre a textos autobiográficos e a uma linguagem própria, negando-se a utilizar o espanhol e o inglês, pois isso refletia o legado de línguas escravizadas. A isso a autora chama de pretuguês, uma linguagem fora do padrão considerado adequado para produção textual acadêmica, sem obediência às normas e regras da gramática normativa e mesclando português com elementos linguísticos africanos.

Assim, Gonzalez (1988, p. 70) aduz:

² O conceito de “interseccionalidade” foi primeiramente cunhado por Kimberlé Williams Crenshaw e estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder. Pode ser compreendido como consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação. Ela trata das interseções entre estes diversos fenômenos. Kimberlé Crenshaw define a interseccionalidade como “formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo”.

[...] aquilo que chamo de “pretoguês” e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos “crioulos” do Caribe).

Seguindo por esse caminho, a pensadora aprofundou suas críticas e referiu, ainda, acerca do mito da democracia racial³, assegurando que o que houve, na realidade, foi um projeto de branqueamento populacional. A partir de autores como Gilberto Freyre, Lélia observa que uma parcela branca da sociedade brasileira, a partir de seus privilégios, constrói a narrativa de que não há racismo no Brasil e trata a miscigenação como algo natural e não como fruto de violência. Contudo, em oposição a esse pensamento, a autora refletiu criticamente sobre como o projeto de embranquecimento estava baseado em segregação, discriminação e invisibilidade da população negra.

O mito da democracia racial, mais do que um conceito difundido por setores intelectuais da sociedade brasileira, tornou-se uma leitura da realidade nacional que foi utilizada em políticas públicas e discursos políticos, espalhando-se como senso comum com a finalidade de “desmistificar” a existência do racismo no Brasil (Portela Jr., 2020).

Para Gilberto Freyre (2019), a formação de uma identidade nacional apresentava-se a partir de uma “vivência harmonizada” das três raças que constituíam o Brasil (negra, branca e parda). Em seu livro intitulado *Casa-grande e Senzala*, o autor demonstra a existência de relações antagônicas, porém sem enfatizar as formas de opressão e violência que ocorriam, aproximando-se de uma perspectiva idílica e inviabilizando problemáticas advindas de situações coloniais.

³ Conceitualmente, democracia racial pode ser compreendida como a não existência de desigualdade entre as pessoas em razão de sua raça, cor ou etnia e a convivência social de maneira igualitária, onde todos possuem os mesmos direitos, liberdade e oportunidade. Termo difundido por Gilberto Freyre, ele nega a existência de racismo no Brasil e refere que a escravidão no país teria sido branda a ponto de haver harmonia entre senhores e escravos. No entanto, essa teoria é desmascarada por estudiosas e estudiosos que afirmam que o racismo no Brasil funciona como uma estrutura para manutenção dos privilégios de uma minoria branca.

Foi a partir dessa reflexão que Lélia percebeu a necessidade de visibilizar a negritude como uma identidade cultural na formação sociopolítica do Brasil, análise que condensou a noção de América Ladina⁴.

Segundo a autora:

O Brasil – por razões de ordem geográfica, histórico-cultural e, sobretudo, da ordem do inconsciente – é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, nomear o nosso país com todas as letras: América Ladina (cuja neurose cultural tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (não apenas os pretos e pardos do IBGE) são ladino-amefricanos.

A filósofa fundamenta, ainda, duras críticas à epistemologia feminista tradicional que invisibiliza a raça e a classe como categorias que causam discriminação às mulheres, mormente no Brasil, onde temos uma maioria negra e indígena. Em destaque aos estudos latino-americanos, Lélia pontua que o racismo é “suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (Gonzalez, 2020, p. 131).

Lélia refere que, em um país onde a maioria da população é negra e parda, deve-se analisar e compreender que, dentro de um capitalismo específico e periférico, as divisões raciais somam-se e refletem uma desigualdade ainda mais profunda com relação às mulheres negras. A pensadora percebe que, no caso brasileiro, a colonização teve enorme influência na dinâmica estruturalmente racista que fundamenta os problemas sociais.

Nesse sentido, pontua que:

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as americanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica as torna mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e americanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (Gonzalez, 2020, p. 145-146).

⁴ Termo utilizado por Lélia Gonzalez para contextualizar a amefricanidade e para enfatizar que somos partes de uma nação: América Africana e não Latina para, assim, ressignificar o termo percebido como eurocêntrico.

Por tais razões, Lélia Gonzalez pensou num feminismo pioneiro e afro-latino-americano, com especificidades recorrentes entre mulheres negras e indígenas, as quais nomeou de amefricanas e ameríndias, conforme já mencionado. Esse feminismo subalterno e tão atual (pois foi pensado e formulado na década de 1980, mas pode ser aplicado ainda hoje), trouxe como cerne os efeitos que o colonialismo e imperialismo trouxeram sobre os povos latino-americanos. Contudo, demonstrou, igualmente, que esses mesmos povos, aí incluídas, principalmente, mulheres amefricanas e ameríndias, conseguiram resistir às violências sofridas.

O feminismo afro-latino-americano proposto por Lélia Gonzalez mobiliza diversas áreas do conhecimento, como filosofia, sociologia, antropologia e psicanálise (já que Lélia era estudiosa de Lacan) e faz com que interpretemos não somente a sociedade brasileira, mas a América Latina como um todo, uma vez que todo o continente teve seu histórico traçado pela colonização (Carneiro, 2024).

Podemos destacar, outrossim, vários aspectos característicos do pensamento da autora, como a análise e crítica da epistemologia hegemônica europeia, bem como os debates feministas liberais e universalistas⁵ (os quais Lélia confrontou por meio da sua própria experiência de vida). Não obstante isso, percebemos que a trajetória acadêmica de Lélia Gonzalez não se baseava apenas em teoria, mas também na prática, pois, a partir de suas análises conseguiu inovar o movimento negro brasileiro e produzir debates públicos essenciais para a luta das mulheres negras e indígenas.

Na perspectiva pensada por Lélia, amefricanas, ameríndias, latinas, chicanas e demais mulheres não brancas⁶ intervêm ativamente enfrentando o racismo e o sexismo, deixando um legado para as demais mulheres que vêm depois delas. Portanto, quando frisa a categoria “amefricanidade” como uma indicação de

⁵ Feminismo Universalista é uma corrente dentro do feminismo, também conhecido como Feminismo Liberal, onde propõe-se a ideia de que os direitos das mulheres e a luta pela igualdade de gênero devem ser universais, ou seja, aplicáveis a todas as mulheres, independentemente de sua origem étnica, cultural, religiosa, social ou econômica. Contudo, essa forma individualista da teoria feminista recebe severas críticas uma vez que privilegia perspectivas e experiências femininas que se encaixam em padrões ocidentais ou hegemônicos, ignorando ou subestimando as lutas e demandas específicas de mulheres de diferentes culturas e realidades sociais. Dessa forma, observa-se que esse feminismo não busca uma alteração profunda nas estruturas sociais, mas apenas mudanças nos sistemas jurídicos, o que não beneficia grupos subalternos e excluídos da sociedade, como, por exemplo, as mulheres do Sul Global.

⁶ O termo “mulheres não brancas” refere-se, aqui, a todas as mulheres que não são negras: indígenas, ameríndias, mestiças, asiáticas ou racializadas, porém, que também não são reconhecidas como mulheres brancas, pois pertencentes a um grupo que não domina o discurso feminista. Assim, pertencem a grupos feministas subalternos.

experiência comum com a escravidão, dominação e exploração da colonialidade, Lélia destaca a resistência.

A *amefricanidade* se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial. Por isso, afirma Lélia Gonzalez, “floresceu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcaram a nossa presença no continente” (1988, p. 79). Em um de seus discursos sobre tal questão, Lélia pontua que “não é difícil entender que nossa alternativa, em termos de movimento de mulheres, foi nos organizarmos como grupos étnicos. E, na medida em que lutarmos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (e vice-versa, obviamente)” (Gonzalez, 2020, p. 148).

Assim, percebe-se que o pensamento de Lélia Gonzalez continua atual, inspirando mulheres negras e ativistas a continuarem lutando por uma sociedade mais justa e igualitária. Sua abordagem interseccional e sua crítica às estruturas de poder ainda são fundamentais para pensar as questões de gênero, raça e classe na sociedade contemporânea.

A valorização dos saberes construídos por mulheres negras, em especial de Lélia Gonzalez, é importante para descolonizar os saberes e compreendermos nossa realidade de acordo com nossas características locais. Além disso, busca redefinir as concepções filosóficas ocidentais e realizar um debate profundo e moderno com novas propostas epistemológicas.

4 Conclusão

O pensamento político-social-cultural de Lélia Gonzalez foi pioneiro em analisar a realidade latino-americana e, principalmente, brasileira, ao adentrar em questões oriundas de um violento processo de colonização.

A partir daí, verificamos que a autora não apenas vislumbrou a necessidade de uma epistemologia subalterna, mas ressaltou a importância de superar o feminismo branco e tradicional por um feminismo negro e latino, que identifica que as mulheres negras e indígenas são submetidas à discriminação referente ao gênero, à raça e à classe.

Em seus escritos, Lélia identifica os problemas que a colonização causou na sociedade brasileira e aponta caminhos e possibilidades para desconstruirmos o discurso hegemônico racial e generificado, em direção à valorização da negritude e conscientização de seu lugar através da matriz sócio-cultural afro-brasileira.

Sem dúvida, o objetivo do artigo foi analisar a leitura da formação histórico-política-cultural brasileira e do feminismo negro brasileiro, a partir de Lélia Gonzalez, sintetizada nas expressões e categorias por ela formuladas, como amefricanidade, Améfrica Ladina, amefricanas e ameríndias e pretuguês.

Refletindo em torno de suas análises, podemos compreender as inovações de Lélia Gonzalez – bastante original para sua época –, que nos faz refletir ainda hoje sobre a tripla discriminação sofrida por mulheres racializadas na América-Latina e como a colonização implicou no modo que as mulheres negras são oprimidas.

Ademais, observamos como a filósofa e ativista foi pioneira na formulação de ideias capazes de acentuar o papel das mulheres negras na sua própria emancipação, propondo a criação de uma identidade étnica de resistência perante o imperialismo e racismo, bem como valorizando a humanidade das populações negras e ameríndias.

Cabe salientar, ainda, que a construção de um feminismo negro brasileiro por Lélia Gonzalez proporcionou a visibilidade da negritude e combateu firmemente a marginalização dessas reflexões teóricas ao ocupar espaço acadêmicos majoritariamente masculinos e brancos. Desse modo, reconhecemos a importância do pensamento de Lélia Gonzalez e como foi – e ainda é – revolucionário nos debates da teoria social crítica por um feminismo afro-latino-americano.

Referências

CARNEIRO, S. **Lélia Gonzalez: um retrato**. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento** São Paulo: Boitempo, 2019.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global Editora, 2019

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

GONZALEZ, L. A Democracia racial: uma militância. **Arte & Ensaio**, Rio de Janeiro, n. 38, 2019.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

PORTELA JR., A. **A nação em disputa**. Recife: Editora UFPE, 2020.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Summus; Selo Negro, 2020.

Recebido: 18/03/2026

Aprovado: 20/04/2026